

**EDcl nos EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 1.823.666 - PE (2019/0186320-4)**

**RELATORA : MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES**  
**EMBARGANTE : ARARIPE TEXTIL S/A ARTESA - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL**  
**ADVOGADO : DANIEL MORAES DE MIRANDA FARIAS E OUTRO(S) - PE021694**  
**EMBARGADO : FAZENDA NACIONAL**

### **DECISÃO**

Trata-se de Embargos de Declaração em Embargos de Declaração, opostos por ARARIPE TÊXTIL S/A ARTESA - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL, por meio dos quais se impugna decisão, de minha lavra, que rejeitou anteriores Aclaratórios, aviados pela mesma embargante, em face de decisão que conheceu em parte de seu Recurso Especial e, nessa parte, negou-lhe provimento, no bojo de ação na qual se discute a legalidade da imediata extinção de Embargos à Execução Fiscal, por falta de garantia, sem prévia intimação do embargante.

Nas razões dos presentes Aclaratórios, a ora embargante sustenta e requer, em síntese, o seguinte:

"Com a devida vênia, merece reforma a decisão ora embargada, ante pretensa omissão no julgado quanto a natureza do pedido recursal, em que logra o Embargante deste Egrégio Tribunal o retorno dos autos para o Tribunal de origem para que sane matéria não enfrentada no acórdão vergastado, mormente a demonstração de INTIMAÇÃO DA EMBARGANTE DE PENHORA VEICULAR (RENAJUD) REALIZADA EM 30/07/2012 (Mandado de Penhora, Avaliação, Depósito e Registro nº FMD 0027.000403-5/2012 = doc. acostado aos autos), fato que evidencia a omissão do julgado quanto a matéria controvertida, sendo esta a insuficiência e necessária complementação da penhora, e não a ausência de garantia, conforme determinou a *ratio decidendi* do Tribunal *a quo*.

De fato, não se coaduna a natureza do pedido de revolvimento dos autos para a reanálise da matéria pelo Tribunal de origem ao óbice da Sumula 7, do STJ, impedindo a apreciação e determinação pelo Eg. Superior Tribunal de Justiça do retorno dos autos ao C. TRF5 para fins de novo julgamento para a regular apreciação da questão contraposta.

No que tange a matéria arguida no Recurso Especial interposto pela Recorrente, ora Embargante, cumpre esclarecer que o pedido principal foi o retorno dos autos para o Tribunal de Origem para que fosse apreciada a afronta ao disposto no art. 1.022, II, do CPC e,

como pedido subsidiário, caso fosse superado tal vício por esta Corte, que fosse julgado o mérito do recurso.

Como sabido, a Súmula 7 editada por este Egrégio Tribunal veda o reexame fático-probatório, contudo, *in casu*, é necessário fazer uma distinção entre matéria de fato e matéria de direito, nesse sentido, dispõe Teresa Arruda Alvim Wambier que:

(...)

O que se veda no âmbito do Recurso Especial (e extraordinário) é a reanálise das provas, todavia, no presente caso, pugna a Recorrente pela remessa dos autos ao Tribunal de origem a fim de sanar vícios constatados no acórdão por ele proferido. Nesse caso, conquanto trata o presente recurso, principalmente, de violação do art. 1.022, II, do CPC/15, por pretensa omissão ao referido dispositivo em relação às arguições não enfrentadas pelo Tribunal de origem, não haverá o reexame de provas, uma vez que se trata de questão unicamente de direito.

Com efeito, a análise do presente recurso não provoca o reexame do conjunto probatório, uma vez que para a conclusão sobre a violação do artigo 1.022 do CPC não será demandada a análise fática, afastando a vedação contida no Enunciado n. 07 da Súmula do STJ.

Ademais, o Recorrente ao buscar do Eg. STJ a determinação de retorno do feito ao Tribunal de origem para que da questão controvertida conhecesse, reconhecia o impedimento formal de análise pela Corte Superior e sabia da possibilidade do obstáculo da aplicação da Súmula 7 do STJ.

Contudo, não se pode dizer que o Recorrente não impugnou a referida Súmula, vez que expôs todos os motivos pelos quais entendia que não deveria a Súmula 7/STJ servir como obstáculo à apreciação da matéria discutida pela Corte Superior.

Diante do exposto, em razão do acima vertido, depreca-se pelo conhecimento e provimento dos termos dos presentes embargos de declaração para que proceda a reforma do *decisum* ora atacado, diante de pretensa omissão, dando total provimento aos termos do recurso especial interposto para, por conseguinte, determinar o retorno dos autos ao Eg. Tribunal Regional da 5ª Região no fito de que seja realizado novel julgamento da matéria atacada em aclaratórios, mormente a manifesta afronta ao disposto no art. 1.022, II, do CPC, por conseguinte, manifestando-se o Eg. TRF 5ª Região sobre os pontos atacados e identificados, pormenorizadamente nos aclaratórios e recurso especial interpostos" (fls. 2.580/2.582e).

# *Superior Tribunal de Justiça*

Sem contraminuta.

Os Embargos de Declaração não merecem prosperar.

Cediço que os Embargos de Declaração são cabíveis para "esclarecer obscuridade ou eliminar contradição", "suprir omissão de ponto ou questão sobre o qual devia se pronunciar o juiz de ofício ou a requerimento" ou "corrigir erro material" (art. 1.022 do Código de Processo Civil).

No caso, inexistem qualquer dos vícios que ensejariam a oposição de Embargos Declaratórios, de vez que a decisão embargada apreciou fundamentadamente, de modo coerente e completo, todas as questões necessárias à solução da controvérsia, dando-lhes, contudo, solução jurídica diversa da pretendida pela embargante.

Com efeito, consta expressamente, da decisão embargada, que:

"Não há de se cogitar de omissão, no acórdão recorrido.

Dessarte, o que a ora recorrente denomina de omissão consiste, na verdade, em divergência acerca da existência, ou não, de garantia insuficiente da dívida.

Divergência desse tipo desafia, em tese, recurso à superior instância, não Embargos de Declaração.

No mais, uma vez tendo sido expressamente afirmando, no acórdão recorrido, que, ao tempo do ajuizamento dos Embargos à Execução, não havia insuficiência de garantia, mas inexistência de qualquer garantia, impossível se afigura o reexame da questão, uma vez que demandaria incursão no conjunto probatório dos autos (Súmula 7/STJ). Outrossim, deve-se anotar que, afastada a existência de mera insuficiência da garantia, resta prejudicada a alegação de necessidade de intimação do executado, para reforçar a garantia, como condição para a extinção liminar dos Embargos à Execução, justamente porque de reforço de garantia não se cuida" (fl. 2.576e).

O Tribunal de origem, portanto, decidiu a questão. Assim, não padece, o acórdão recorrido, de qualquer omissão.

Ante o exposto, à míngua de vícios na decisão embargada, **rejeito** os Embargos de Declaração.

I.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES  
Relatora